



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 26/2022**  
**PROCESSO nº 23343.002925.2022-23**

Torna-se público que o **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS – UASG: 158137**, por meio da Coordenadoria Geral de Contratações Públicas, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

**Data da sessão:** 08/09/2022

**Link:** [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)

**Horário da Fase de Lances:** 08:00 às 14:00

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de validade técnica para as licenças do software aSc Time Table, com validade de 12 (doze) meses, com direitos de suas atualizações, e prestação de serviço de suporte técnico, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A contratação será de item único, conforme tabela constante abaixo:

Item 01	
<b>CATSER: 27740</b>	<b>Tipo:</b> Serviço
<b>Descrição:</b> SERVICOS DE GARANTIA DE EQUIPAMENTOS DE TIC	
<b>Descrição Detalhada:</b> O IFSULDEMINAS, através da Reitoria, adquiriu em 2019, para atendimento de cada Campus, licenças 08 (oito) vitalícias do software de geração de horários escolares aSc Time Table e, portanto, a contratação da validade técnica está atrelada a estas licenças. O serviço será contratado junto aos representantes de mercado do citado software. O serviço objeto de contratação deve renovar, por 12 (doze) meses e nos termos da Lei 9.609/1998, a validade técnica das licenças de software adquiridas em 2019 e com direitos de suas atualizações, com prestação de serviço de suporte técnico por email e/ou mensagem instantânea. O serviço deve incluir o acesso à versão aSc Online (interface web do aSc Time Table) onde se pode criar web site de cada unidade/endereço/campus com diversas funcionalidades	



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

agregadas que podem ser acessadas por professores, pais e alunos.			
<b>Quantidade</b>	8	<b>Unidade de fornecimento:</b>	UNIDADE
:			
		<b>Valor Unitário (R\$)</b>	<b>Valor Total (R\$)</b>
<b>Valor Estimado</b>		547,23	<b>4.377,84</b>

1.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

**2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA**

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasnet 4.0, disponível no endereço eletrônico [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  - d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
  - e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
  - f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
- 2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
- 2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e
- 2.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.
- 2.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

**3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

- 3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.
- 3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na aquisição;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com a descrição detalhada do objeto, prazos de entrega e demais obrigações deste Aviso, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

3.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**4. FASE DE LANCES**

4.1. A partir das 8:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 0,10 (zero vírgula dez centavos).

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

**5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1. contiver vícios insanáveis;

5.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**6. HABILITAÇÃO**

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO II – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

## **7. CONTRATAÇÃO**

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar a Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. O prazo previsto para aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias, prorrogável conforme previsão este Aviso de Contratação Direta.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a contratação.

## **8. SANÇÕES**

8.1. São as constantes no Anexo I – Projeto Básico

## **9. DO PAGAMENTO**

9.1. Em retificação a cláusula 7.5 do Anexo I – Projeto Básico, onde lê-se: “O prazo de pagamento se dará de acordo com a instrução normativa IN/MPOG 02/2016: até o quinto dia útil subsequente ao recebimento da nota fiscal ou fatura para despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do artigo 24 da Lei nº 8.666/1993”, lê se: Cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. O procedimento será divulgado no Comprasnet 4.0 e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

10.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

10.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

10.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

10.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

10.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

10.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

10.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

10.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

10.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

10.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

10.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

10.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

10.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

10.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

10.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

10.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 10.13.1. ANEXO I – Projeto Básico
- 10.13.1.1. Apêndice do ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar
- 10.13.2. ANEXO II – Documentação exigida para Habilitação
- 10.13.3. ANEXO III – Modelo de Proposta



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

Pouso Alegre, 01 de setembro de 2022

Marco Antônio de Melo Azevedo  
Coordenador-Geral de Contratações Públicas

Cleber Avila Barbosa

Reitor



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais  
IFSULDEMINAS

PRBA Nº2/2022/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS

<b>PROJETO BÁSICO</b> <b>DEMANDA Nº 28 / 2022: VALIDADE TÉCNICA DO ASC TIME TABLE</b>
--

**HISTÓRICO DE REVISÕES**

Data	Versão	Descrição	Autor
26/08/2022	01	Versão inicial	Equipe PCSTI

**1- OBJETO**

Contratação de validade técnica para as licenças do software aSc Time Table, com validade de 12 (doze) meses, e com direitos de suas atualizações, com prestação de serviço de suporte técnico por email e/ou mensagem instantânea e acesso à versão aSc Online.

**2 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC E ESTIMATIVA DA DEMANDA**

Renovar a validade técnica a pedido de docentes para disponibilizar a funcionalidade de acesso online ao software que permite maior flexibilidade de geração e gestão de horários por parte dos docentes.

Requer-se a contratação de renovação de validade técnica para 8 (oito) licenças adquiridas em 2019 e com disponibilização de 1 (uma) licença por Campus.

Id	Descrição do bem ou serviço	CATSER	Quantidade	Métrica
1	Validade técnica para as licenças do software aSc Time Table	27740	08	UNIDADE

**3 - JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO**

**3.1 - CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA**

A citada validade técnica, objeto desta contratação, inclui a funcionalidade de acesso online ao software com as seguintes características que permitem maior flexibilidade de geração e gestão de horários por parte dos docentes:

- Compartilhamento de horários, realização de backups online, elaboração de planos diários de professores, publicação de informações de substituição;
- Acessível a partir de qualquer navegador de internet;
- Não requer instalação;
- Protegido por senha;
- Permite configurar o que os professores, alunos e pais podem ver nos horários/dados de substituição;

- Pode-se salvar/abrir/fazer backup de horários;
- Horários criados podem ser enviados para professores e alunos;
- Permite gerenciar as substituições diárias na instituição.

O software tem sido usado na criação e manutenção dos horários de aula dos campi, permitindo estabelecer critérios e regras para a construção do horário, bem como verificar de forma simples, rápida e eficiente os possíveis choques de aulas, horários e professores. Além disso, o uso do sistema na modalidade online permite que o responsável pelo acompanhamento, criação e manutenção dos horários faça ajustes, ou mesmo alterações mais complexas do local onde está trabalhando. Ainda mais, neste período da adoção do teletrabalho onde o servidor pode atuar via home office.

Os resultados esperados são a manutenção da facilidade em construir os horários, através do acesso remoto (online), e compartilhar esta tarefa com os responsáveis pela elaboração do horário. A licença atual permite a instalação do software apenas em um equipamento, contudo, há vários coordenadores de cursos que fazem parte do processo de construção e acompanhamento do horário escolar, bem como coordenação de ensino e direção de desenvolvimento educacional.

### 3.2 - DO ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

O investimento em questão está diretamente alinhado com o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação vigente para o período 2018 - 2022, em especial com o objetivo OE.01 - Expandir, padronizar e inovar a oferta de serviços e infraestrutura.

Esta demanda do PDTI sob ID 478, renovação de licenças do software aSc Time Table, bem como consta no PGC 2022 sob ID 2503.

### 3.3 - DOS RESULTADOS E BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS

Os resultados esperados são a manutenção da facilidade em construir os horários, através do acesso remoto (online), e compartilhar esta tarefa com os responsáveis pela elaboração do horário. A licença atual nos permite a instalação do software apenas em um equipamento, contudo, há vários coordenadores de cursos que fazem parte do processo de construção e acompanhamento do horário escolar, bem como coordenação de ensino e direção de desenvolvimento educacional.

### 3.4 - DO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO DE TIC

Não se aplica o parcelamento visto tratar-se de item único e a divisão do quantitativo compromete o potencial aumento da competitividade, podendo gerar maior custo para a administração.

## 4 – REQUISITOS DA SOLUÇÃO

### 4.1 - REQUISITOS DE NEGÓCIO

A necessidade de negócio consiste em renovar a validade técnica a pedido de docentes para disponibilizar a funcionalidade de acesso online ao software que permite maior flexibilidade de geração e gestão de horários por parte dos docentes.

### 4.2 - REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO

Não se aplica. As licenças do software estão ativas e os docentes dominam a utilização da ferramenta

### 4.3 - REQUISITOS LEGAIS

Normativos	Considerações
Lei Nº 14.133 / 2021	Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
Lei Complementar nº 123/2006	Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.



Lei nº 12.305/2010.	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.
Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010	Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.
Lei nº 8.078/1990	Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.
Decreto nº 9.507/2018	Regulamenta a contratação de serviços, inclusive de cessão de mão de obra com dedicação exclusiva (terceirização), mediante execução indireta.
Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017	Regulamenta a contratação de serviços, mediante execução indireta, especialmente os de cessão de mão de obra com dedicação exclusiva (terceirização).
Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 65/2021	Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.
Instrução Normativa SGD/ME nº 01 / 2019	Dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações - TIC pelos órgãos e entidades do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF do Poder Executivo Federal.
Portaria nº 372/2017	Institui a Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
Lei 9.609/1998	Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências
Lei nº 13.709 / 2018	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

#### 4.4 - REQUISITOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CULTURAIS

Durante a prestação objeto, os funcionários da contratada deverão observar, no trato com os servidores e o público em geral, a urbanidade e os bons costumes de comportamento, tais como: asseio, pontualidade, cooperação, respeito mútuo, discrição e zelo com o patrimônio público.

#### 4.5 - REQUISITOS DE MANUTENÇÃO E SUPORTE

Conforme requisitos do item 4.9.

#### 4.6 - REQUISITOS TEMPORAIS

O objeto, ,ativação da validade técnica, deve ser entregue no prazo de 05 (cinco) dias corridos após emissão de notificação acompanhada da nota de empenho.

#### 4.7. REQUISITOS DE IMPLANTAÇÃO

Não se aplica ao objeto desta contratação.

#### 4.8. REQUISITOS DE GARANTIA E MANUTENÇÃO

Conforme requisitos do item 4.9.

#### 4.9 - REQUISITOS TÉCNICOS

O IFSULDEMINAS, através da Reitoria, adquiriu em 2019, para atendimento de cada Campus, licenças 08 (oito) vitalícias do software de geração de horários escolares aSc Time Table e, portanto, a contratação da validade técnica está atrelada a estas licenças. O serviço será contratado junto aos representantes de mercado do citado

software.

O serviço objeto de contratação deve renovar, por 12 (doze) meses e nos termos da Lei 9.609/1998, a validade técnica das licenças de software adquiridas em 2019 e com direitos de suas atualizações, com prestação de serviço de suporte técnico por email e/ou mensagem instantânea.

O serviço deve incluir o acesso à versão aSc Online (interface web do aSc Time Table) onde se pode criar web site de cada unidade/endereço/campus com diversas funcionalidades agregadas que podem ser acessadas por professores, pais e alunos.

## **5 - DAS RESPONSABILIDADES**

### **5.1 - DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

São obrigações da contratante:

- Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece este Termo de Referência;
- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com os termos do processo de contratação;
- Prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto desta contratação que venham a ser solicitado pela CONTRATADA;
- Dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação do objeto;
- Exercer o acompanhamento e a fiscalização da prestação do objeto, por servidor designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência;
- Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções a serem realizadas;
- Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da prestação do objeto, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- Efetuar o pagamento do objeto de acordo com as condições, prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA;
- Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
- Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos;
- Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com prestação do objeto.

### **5.2 - DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

São responsabilidades da contratada:

- Cumprir fielmente o que estabelece este Termo de Referência;
- Fornecer o objeto conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta;
- Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual ou no Distrito Federal e cumprir as normas de segurança da CONTRATANTE;
- Prestar o objeto desta contratação no prazos e níveis de serviço estabelecidos neste termo de referência;
- Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE;
- Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da da contratante, inerentes à execução do objeto;
- Assumir as responsabilidades pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto deste Termo de Referência;
- Assumir inteira responsabilidade técnica e operacional do objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas;
- Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela contratante, os objetos fornecidas em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à administração pública, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade;
- Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou

reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

- Acatar as orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas;
- Manter, durante toda a execução do objeto, as mesmas condições da habilitação e qualificação exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- Garantir o sigilo e a inviolabilidade das informações a que eventualmente possa ter acesso como condição para a prestação dos serviços;
- Prestar o serviço suporte técnico em horário comercial no regime de 08 (oito) horas por dia, 5 (cinco) dias por semana, durante todo o período de vigência;
- Fornecer número telefônico para contato e e-mail, para abertura e registro de chamados de suporte técnico;
- Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

## **6 - MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

### **6.1 - ROTINAS DE EXECUÇÃO**

Emissão da ordem de prestação do objeto, acompanhada da respectiva nota de empenho e ativação do serviço de validade técnica no prazo de 05 (cinco) dias corridos.

### **6.2 - QUANTIDADE MÍNIMA DE BENS E SERVIÇO**

A quantidade mínima se refere à prestação do serviço de validade técnica para 8 (oito) licenças do software aSc Time Table adquiridas em 2019.

### **6.3 - MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO**

Os mecanismos formais desta contratação inclui e não se esgotam no que segue:

- Nota de empenho
- Ordens de prestação de serviço e notificação de entrega;
- Ofícios;
- E-mails.

## **7 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

### **7.1 - CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO**

Os critérios de aceitação incluem:

- Acompanhamento do prazo de entrega;
- O recebimento será efetuado somente se o item corresponder inteiramente às características definidas neste documento;
- Confirmação do acesso online no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;
- Todas as despesas de entrega serão de responsabilidade da contratada;
- A recusa total ou parcial do serviço será formalizada por meio de um Termo de Recusa contendo os desvios, erros e não conformidades identificados e prazo para correção;
- Em caso de recusa do objeto, a CONTRATADA deverá providenciar as correções necessárias no prazo estabelecido no Termo de Recusa, sem prejuízo da aplicação de sanções de penalidades pelo atraso da entrega no prazo estabelecido;
- O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, nem a ético-profissional pela perfeita execução do objeto, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

### **7.2 - PROCEDIMENTOS DE TESTES E INSPEÇÕES**

Os procedimentos de testes e inspeções são como segue:

- Confirmação do acesso online no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;
- Testes operacionais, por amostragem se for o caso;
- Emissão de termo de aceitação ou de recusa e, neste caso, com a devida justificativa e providências necessárias.

### **7.3 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

A contratada ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste documento e demais cominações legais que:

- Apresentar documentação falsa;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- Deixar de entregar a documentação exigida no edital;
- Não manter a proposta e não assinar o contrato;
- Comportar-se de modo inidôneo;
- Fizer declaração falsa;
- Cometer fraude fiscal;

As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à contratada o contraditório e a ampla defesa.

Comete falta grave, podendo ensejar a rescisão unilateral da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 2002, aquele que:

- Não promover o recolhimento das contribuições relativas ao FGTS e à Previdência Social exigíveis até o momento da apresentação da fatura, considerados os prazos legais;
- Deixar de realizar pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio-alimentação no dia fixado.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o objeto contratado;
- Multa de:
  - 0,4% (quatro décimos por cento) até 0,8% (oito décimos por cento) por dia sobre o valor empenhado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
  - 0,5% (cinco décimos por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor empenhado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
  - 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
  - O atraso superior a 15 (quinze) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato.
- As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;
- Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a União poderão ser aplicadas à CONTRATADA conjuntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

## 7.5 - DO PAGAMENTO

O prazo de pagamento se dará de acordo com a instrução normativa IN/MPOG 02/2016: até o quinto dia útil subsequente ao recebimento da nota fiscal ou fatura para despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do artigo 24 da Lei nº 8.666/1993, observado o disposto no seu §1º; ou até trinta dias contados do recebimento da nota fiscal ou fatura, para os demais casos.

O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, por meio de emissão de Ordem Bancária, para crédito em conta corrente da CONTRATADA, na forma e prazo estabelecidos neste documento, além do comprovante de recolhimento dos encargos sociais e, quando for o caso, das multas aplicadas e os seguintes procedimentos:

- A CONTRATANTE terá 05 (cinco) dias úteis contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao da prestação do objeto para aferição e emissão do termo de recebimento definitivo que conterá autorização para emissão da nota fiscal;
- Caso haja contestação, a CONTRATANTE terá 2 (dois) dias úteis contados a partir do recebimento da contestação para emitir parecer;
- Se o parecer julgar improcedente a contestação da CONTRATADA, deverá ser providenciada a emissão da fatura conforme termo de aceitação definitiva;
- A emissão da Nota Fiscal/Fatura de serviço pela CONTRATADA está condicionada a validação pela CONTRATANTE, por meio do ateste da prestação do objeto e da verificação da necessidade da aplicação de

- descontos no valor da Nota Fiscal/Fatura, oriundos da aplicação de eventuais glosas ou sanções;
- Nota Fiscal ou Fatura de serviço deverá ser obrigatoriamente acompanhada da regularidade fiscal, constatada através de consulta “online” ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais;
  - As Notas Fiscais, devem ser eletrônicas (NFe) conforme disposições contidas no inciso I, Cláusula Segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009;
  - Deverão também conter nas Notas Fiscais Eletrônicas, os dados bancários do credor para emissão da ordem bancária, número do contrato, mês de referência e as devidas retenções tributárias a serem feitas pela instituição conforme o artigo 64 Lei 9.430 de 27 de dezembro de 1996;
  - Caso a empresa seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL OU SUPER SIMPLES deverá apresentar a nota fiscal eletrônica, acompanhada do Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1244, de 30 de janeiro de 2012, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições;
  - Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, ela será devolvida à empresa, pelo representante do CONTRATANTE, e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE;
  - Em caso de irregularidade ou imperfeições na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir da sua reapresentação, desde que devidamente regularizado;
  - No ato do pagamento será comprovada a manutenção das condições iniciais da habilitação quanto à situação de regularidade da empresa (art. 27, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005);
  - O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis;
  - Havendo atraso de pagamento, provocados pela Administração, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, mediante aplicação da seguinte fórmula:
    - $I = (TX/100)/365 \times EM = I \times N \times VP$ , onde:
    - I = Índice de Atualização Financeira;
    - TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
    - EM = Encargos Moratórios;
    - N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
    - VP = Valor da parcela em atraso.
  - Em cumprimento ao disposto no Art. 64, da Lei nº 9.430, de 27/12/96, Lei nº 9.718, de 27/11/98 e Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.244, de 30 de janeiro de 2012, a Divisão de Execução Orçamentária e Financeira reterá na fonte o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ, bem assim a contribuição sobre o lucro líquido, a Contribuição para a Seguridade Social – COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar a CONTRATADA se esta não apresentar cópia do Termo de Opção ou Certificado de Isenção do IRPJ, nos termos da legislação vigente;
  - A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deverá ocorrer quando a CONTRATADA:
    - Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
    - Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;
  - Quanto à prestação de serviços, na retenção do Imposto Sobre Serviços - ISS, será observado, no que couber, o disposto na Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003;
  - Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
  - Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante;
  - Previamente à emissão de nota de empenho e do pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao Sicafe para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018;
  - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
  - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos

- autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa;
- Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

## **8 - ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO**

A estimativa de custo da contratação observou os requisitos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 65 / 2021 e suas atualizações. O resultado da pesquisa de preços é conforme tabela a seguir com o detalhamento registrado no correspondente estudo técnico.

Pesquisa de mercado	Quant.	R\$ unitário	R\$ total
Orçamento 01	08	R\$ 556,50	R\$ 4.452,00
Orçamento 02		R\$ 556,50	R\$ 4.452,00
Orçamento 03		R\$ 528,68	R\$ 4.229,44
Valor médio global estimado			R\$ 4.377,82

## **9 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO**

Os dados orçamentários para fazer frente às despesas desta contratação constarão do correspondente processo licitatório.

O cronograma físico financeiro corresponderá ao desembolso único do valor contratado, sujeito ao teto do valor estimado.

## **10 - DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **10.1 - REGIME DE EXECUÇÃO**

A prestação do objeto se dará pelo regime da execução indireta e sob a forma de empreitada por preço global.

### **10.2 - DA DECLARAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS COMUNS**

O objeto desta contratação possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo Edital por meio de especificações usuais do mercado, enquadrando-se, portanto, nos termos do Art. 1º da Lei 10.520/2002, do §1º do Art. 2º do Decreto 5.450/05.

### **10.3 - TIPO E MODALIDADE DE LICITAÇÃO**

Solicita-se a contratação através de dispensa de licitação.

### **10.4 - DOS ASPECTOS TÉCNICOS DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

A seleção do fornecedor se dará pelo menor preço observado o limite máximo de acordo valor estimado e verificação de conformidade dos requisitos técnicos definidos no item 4.9.

### **10.5 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA HABILITAÇÃO**

Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

- No mínimo 01 (um) atestado ou declaração de capacidade técnica, em nome da licitante, expedido por

pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para o fornecimento da solução ofertada incluindo o serviço de suporte técnico;

- O atestado ou declaração deverá informar os dados jurídicos das partes do contrato que deu origem ao atestado, data da contratação, data de disponibilidade da solução, quantidade da solução contratada e vigência do contrato.

#### **10.6 - DA PROPOSTA**

A proposta comercial da licitante deverá conter, além de requisitos determinados no edital:

- Indicação do item para o qual foi feita a proposta;
- Indicação da marca, fabricante, modelo e código comercial do produto ofertado;
- Valores unitário e total;
- Especificação do produto ofertado;
- Prospectos / catálogos dos produtos ofertados preferencialmente em idioma português, que possibilitem a comprovação das especificações técnicas exigidas, também, neste projeto.

A falta dessa comprovação e a insuficiência dos prospectos / catálogos implicará na desclassificação.

#### **10.7 - DA GARANTIA CONTRATUAL**

Não será exigida garantia contratual tendo em vista que se trata de prestação de serviço comum, tendo vários prestadores no mercado e de pequeno valor.

#### **10.8 - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

A vigência do contrato será 12 (doze) meses a partir da ativação do serviço e emissão de termo de aceitação. O contrato poderá ser prorrogado, por interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- A Administração mantenha interesse na realização do serviço;
- O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e
- A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.

A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

#### **10.9 - DO REAJUSTE**

O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do Índice de Custo de Tecnologia da Informação (ICTI) apurado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação formal da contratada. O reajuste a que a contratada fizer jus e não for solicitado durante a vigência do contrato, será objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o seu encerramento.

#### **11 - DA APROVAÇÃO**

Pouso Alegre, 26 de agosto de 2022.

Jaime Donizete Bonamichi  
SIAPE: 1968298  
(Documento assinado eletronicamente)

Vera Carolina da Silva  
SIAPE: 1258555  
(Documento assinado eletronicamente)

Rosimeire Ribeiro  
SIAPE2183507  
(Documento assinado eletronicamente)



Ramon Gustavo Teodoro Marques da Silva  
SIAPE: 2805113  
(Documento assinado eletronicamente)

Honório José de Moraes Neto  
SIAPE: 1672254  
(Documento assinado eletronicamente)

Cleber Ávila Barbosa  
SIAPE: 2439732  
(Documento assinado eletronicamente)

Documento assinado eletronicamente por:

- **Jaime Donizete Bonamichi**, COORDENADOR - FG1 - IFSULDEMINAS - CLTI, em 26/08/2022 12:25:13.
- **Rosimeire Ribeiro**, BIBLIOTECARIO-DOCUMENTALISTA, em 26/08/2022 13:35:49.
- **Vera Carolina da Silva**, TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO, em 26/08/2022 14:10:48.
- **Honorio Jose de Moraes Neto**, PRO-REITOR - CD2 - IFSULDEMINAS - PROAD, em 26/08/2022 14:26:41.
- **Ramon Gustavo Teodoro Marques da Silva**, DIRETOR - CD3 - IFSULDEMINAS - DTI, em 26/08/2022 14:34:13.
- **Cleber Avila Barbosa**, REITOR - CD1 - IFSULDEMINAS, em 26/08/2022 15:54:01.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 26/08/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 280527  
Código de Autenticação: 49839b2a77



Documento eletrônico gerado pelo SUAP (<https://suap.ifsuldeminas.edu.br>)  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais  
IFSULDEMINAS

ETPR Nº30/2022/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS

<p><b>ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR</b></p> <p><b>DE ACORDO COM A IN SGD/ME 01/2019 - VERSÃO JULHO DE 2021</b></p> <p><b>DEMANDA Nº 26 / 2022: VALIDADE TÉCNICA ASC TIME TABLE</b></p>
--

**HISTÓRICO DE REVISÕES**

<b>Data</b>	<b>Versão</b>	<b>Descrição</b>	<b>Autor</b>
25/08/2022	01	Versão inicial	Equipe de PCTIC

**1 – INFORMAÇÕES BÁSICAS**

O processo único será iniciado pelo setor de licitações do órgão.

**2 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

O IFSULDEMINAS, através da Reitoria, adquiriu em 2019, para atendimento de cada Campus, licenças vitalícias do software de geração de horários escolares aSc Time Table. Esta contratação, também, incluiu validade técnica por dois anos a qual esteve vigente até o último dia 12/08/22, sendo necessária a recontração.

**3 – ÁREA REQUISITANTE**

Diretoria de Ensino  
Marcia Rodrigues Machado  
SIAPE 1220524  
marcia.machado@ifsuldeminas.edu.br  
35 3449 6262

**4 - NECESSIDADE DE NEGÓCIO**

A necessidade de negócio consiste em renovar a validade técnica a pedido de docentes para disponibilizar a funcionalidade de acesso online ao software que permite maior flexibilidade de geração e gestão de horários por parte dos docentes.

**5 - NECESSIDADES TECNOLÓGICAS**

O IFSULDEMINAS, através da Reitoria, adquiriu em 2019, para atendimento de cada Campus, licenças vitalícias do software de geração de horários escolares aSc Time Table e, portanto, a contratação da validade técnica está atrelada a estas licenças. O serviço será contratado junto aos representantes de mercado do citado software.

O serviço objeto de contratação deve renovar, por 12 (doze) meses e nos termos da Lei 9.609/1998, a validade técnica das licenças de software adquiridas em 2019 e com direitos de suas atualizações, com prestação de serviço de suporte técnico por email e/ou mensagem instantânea.

O serviço deve incluir o acesso à versão aSc Online (interface web do aSc Time Table) onde se pode criar web site

de cada unidade/endereço/campus com diversas funcionalidades agregadas que podem ser acessadas por professores, pais e alunos.

## **6 - DEMAIS REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO DE TIC**

Os requisitos registrados no item 5 são necessários e suficientes para a contratação pretendida.

## **7 - ESTIMATIVA DA DEMANDA - QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS**

Requer-se a contratação de renovação de validade técnica para 8 (oito) licenças adquiridas em 2019 e com disponibilização de 1 (uma) licença por Campus.

## **8 - LEVANTAMENTO DE SOLUÇÕES**

Não cabe realizar o levantamento de soluções visto que o IFSULDEMINAS já adquiriu as licenças do software aSc Time Table de geração de horários. Todavia, registra-se:

- A solução não consta do catálogo de soluções de TIC com condições padronizadas;
- Órgãos públicos vinculados à atividade de ensino possuem esta necessidade.
- Para a contratação pretendida há diversos fornecedores no mercado.

## **9 - ANÁLISE COMPARATIVA DE SOLUÇÕES**

Não cabe realizar análise comparativa de soluções visto que a validade técnica a contratar está vinculada às licenças do software que o IFSULDEMINAS adquiriu em 2019.

## **10 - REGISTRO DAS SOLUÇÕES CONSIDERADAS INVIÁVEIS**

Não se identificou soluções consideradas inviáveis.

## **11 - ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTOS (TCO)**

### **11.1 – DO CUSTO TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

A estimativa de custo da contratação, após pesquisa de preços de mercado realizada de acordo com os requisitos da Instrução Normativa SEGES /ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021 é como segue:

Pesquisa de mercado	Quant.	R\$ unitário	R\$ total
Orçamento 01	08	R\$ 556,50	R\$ 4.452,00
Orçamento 02		R\$ 556,50	R\$ 4.452,00
Orçamento 03		R\$ 528,68	R\$ 4.229,44
Valor médio global estimado			R\$ 4.377,82

Nota: não foi identificado referências de orçamentos na plataforma Paineis de Preços.

### **11.2 – ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTOS**

Trata-se de solução única e, portanto, não cabe análise comparativa de custos.

### **11.3 - CÁLCULO DO CUSTO TOTAL DE PROPRIEDADE - TCO**

Para efeitos de cálculo do custo total de propriedade, por se tratar de serviço de natureza continuada, e tendo em consideração o permissivo legal de renovação anual do serviço, pode-se projetar o custo por 5 anos, que resulta em R\$ 21.889,10.

## **12 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC A SER ESCOLHIDA**

Renovação, por 12 (doze) meses e nos termos da Lei 9.609/1998, do serviço de validade técnica com direitos de

atualização das licenças dos softwares, com prestação de serviço de suporte técnico por email e/ou mensagem instantânea e com a função de acesso à versão aSc Online (interface web do aSc Time Table).

### **13 - ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

R\$ 4.377,82 (quatro mil, trezentos e setenta e sete reais e oitenta e dois centavos).

### **14 - JUSTIFICATIVA TÉCNICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO DE TIC**

A escolha da solução a contratar se deve ao fato do IFSULDEMINAS ter adquirido as licenças do software em 2019 e a funcionalidade de acesso online é requisitada pelos docentes.

### **15 - JUSTIFICATIVA ECONÔMICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO DE TIC**

Trata-se de prestação de serviço de baixo custo e com disponibilidade de vários fornecedores no mercado.

### **16 - BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO**

Os resultados esperados são a manutenção da facilidade em construir os horários, através do acesso remoto (online), e compartilhar esta tarefa com os responsáveis pela elaboração dos horários. A licença atual nos permite a instalação do software apenas em um equipamento, contudo, são muitos os docentes e vários coordenadores de cursos que fazem parte do processo de construção e acompanhamento do horário escolar, bem como coordenação de ensino e direção de desenvolvimento educacional.

### **17 - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

Não há providências complementares a esta contratação. As licenças de softwares estão ativas e os docentes dominam a utilização da ferramenta.

### **18 - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, tendo em consideração:

- Agrega funcionalidade às licenças adquiridas em 2019;
- É de baixo custo;
- Existe a demanda pelo serviço;
- Os resultados pretendidos são plausíveis e mensuráveis;
- Possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo Edital por meio de especificações usuais do mercado, enquadrando-se, portanto, nos termos do Art. 1º da Lei 10.520/2002, do §1º do Art. 2º do Decreto 5.450/05;
- Está alinhada ao planejamento estratégico e consta do PGC 2022.

### **19 - APROVAÇÃO E RESPONSÁVEIS**

Conforme o § 2º do Art. 11 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Estudo Técnico Preliminar deverá ser aprovado e assinado pelos Integrantes Técnicos e Requisitantes e pela autoridade máxima da área de TIC.

Pouso Alegre, 25 de agosto 2022

Integrante técnico  
Vera Carolina da Silva  
SIAPE: 1258555  
(Documento assinado eletronicamente)

Integrante Requisitante  
Rosimeire Ribeiro  
SIAPE: 2183507  
(Documento assinado eletronicamente)

Autoridade Máxima da Área de Tecnologia da Informação  
Ramon Gustavo Teodoro Marques da Silva  
SIAPE: 2805113  
(Documento assinado eletronicamente)

Documento assinado eletronicamente por:

- **Jaime Donizete Bonamichi**, COORDENADOR - FG1 - IFSULDEMINAS - CLTI, em 25/08/2022 16:29:41.
- **Vera Carolina da Silva**, TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO, em 25/08/2022 16:32:35.
- **Rosimeire Ribeiro**, BIBLIOTECARIO-DOCUMENTALISTA, em 25/08/2022 16:34:35.
- **Ramon Gustavo Teodoro Marques da Silva**, DIRETOR - CD3 - IFSULDEMINAS - DTI, em 25/08/2022 16:52:31.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 25/08/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsulde Minas.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 280419

Código de Autenticação: cd7c8157b8





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**ANEXO II - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

1. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.
  - 1.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
2. **Regularidade fiscal, social e trabalhista:**
  - 2.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
  - 2.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
  - 2.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
  - 2.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

### ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA

(em papel personalizado da empresa)

Processo nº 23343.002925.2022-23

Dispensa Eletrônica nº 26/2022

Ao **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS (IFSULDEMINAS)**

**OBJETO:** Contratação por dispensa de licitação, de validade técnica para as licenças do software aSc Time Table, com validade de 12 (doze) meses, direitos de suas atualizações, e prestação de serviço de suporte técnico por e-mail e/ou mensagem instantânea e acesso à versão aSc Online, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Aviso de Dispensa Eletrônica.

A empresa (razão social da licitante), inscrita no CNPJ nº (número do CNPJ) com sede na (endereço), por intermédio do(a) Sr(a). (nome do representante legal), que esta subscreve, portador(a) da Carteira de Identidade nº (número do RG do representante) e do CPF nº (número do CPF do representante), tendo examinado minuciosamente as normas específicas da referida Dispensa Eletrônica, e após tomar conhecimento de todas as condições estabelecidas no Aviso de Dispensa, passa a formular a seguinte proposta:

<i>Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
Item	Especificação	Marca (se exigida no Aviso )	Modelo (se exigido no Aviso)	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1							

UASG	Local de Entrega	Prazo de Entrega	Quantidade
158137	Av. Vicente Simões, 1111, Bairro Nova	30 (trinta) dias	8



	Pouso Alegre, Pouso Alegre - MG		
--	---------------------------------	--	--

Declaramos, ainda:

- a-) Que os preços indicados na proposta incluem todos os custos, benefícios, encargos, tributos e demais contribuições pertinentes;
- b-) Que conhecemos a legislação de regência desta Dispensa de licitação, e que os serviços serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas no Aviso de Dispensa;
- c-) Que o prazo de validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo do Aviso da Dispensa.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022

\_\_\_\_\_  
xxxxxxxxxxxxxxxxxx (Nome do Representante Legal)

xxxxxxxxxxxxxxxxxx (Nome da Empresa)

**Dados da Empresa:**

- a) Razão Social:
- b) CNPJ/MF:
- c) Endereço (Rua, Nº, Bairro, complemento):
- d) CEP:
- e) Cidade/UF:
- f) Tel./Fax:
- g) E-mail:
- h) Banco:
- i) Agência:
- j) Conta:

**Dados do Representante Legal da Empresa:**

- a) Nome:
- b) Endereço (Rua, Nº, Bairro, complemento):
- c) CEP:

d) Cidade/UF:

e) CPF/MF:

f) RG/Órgão Expedidor:

g) Cargo/Função:

h) Naturalidade:

i) Nacionalidade:

j) Estado Civil:

\* Se o representante legal não for componente do quadro societário, munido de poderes de administração, deverá apresentar, juntamente com o presente modelo de proposta, o respectivo instrumento de procuração, por meio do qual se possa aferir com segurança ser ele o detentor dos poderes de representação da empresa.